

O ENSINO COLABORATIVO E AS CONTRIBUIÇÕES DA TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA A APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES COM PARALISIA CEREBRAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Juanita Marília Alves dos Santos¹
Rosiane Maria de Oliveira²
Evanilson Landim³

RESUMO

A inclusão parte do princípio de que cada pessoa necessita ser respeitada em suas especificidades, o que demanda dos professores conhecimentos e estratégias adequadas para promover um ensino equitativo. A presente pesquisa traz um relato de experiência que tem como objetivo identificar como são realizadas as acessibilidades curriculares para a aprendizagem de estudantes com Paralisia Cerebral, considerando o uso da tecnologia assistiva e a abordagem do ensino colaborativo no contexto escolar de uma escola da Zona Rural de Jaboatão dos Guararapes – PE. Para atender aos objetivos desta pesquisa foi analisada a prática pedagógica da professora do Atendimento Educacional Especializado em conjunto com a da professora da sala regular do 2º ano do Ensino Fundamental, bem como a atuação dos apoios pedagógicos que acompanham dois estudantes com Paralisia Cerebral. Deste modo, será descrito quais ferramentas as professoras utilizam como recurso de Tecnologia Assistiva nos processos de ensino e de aprendizagem destes dois estudantes e se estas realizam um ensino colaborativo como prática inclusiva. As etapas deste estudo foram: observação sistemática, análise de conteúdo e elaboração de uma proposta de intervenção colaborativa. Como resultado, foi identificado que as profissionais de apoio pedagógico dos dois estudantes são essenciais no processo de inclusão; o trabalho da professora do AEE parece mais orientativo. Ademais, observou-se que a abordagem colaborativa acontecia de forma parcial e situacional, enquanto a confecção de materiais de Tecnologia Assistiva e as adaptações curriculares ficam a cargo exclusivo do profissional de apoio. Com efeito, a análise sugere que a responsabilidade pela aprendizagem do estudante é terceirizada ao profissional de apoio.

Palavras-chave: Ensino Colaborativo, Tecnologia Assistiva, Paralisia Cerebral.

INTRODUÇÃO

No contexto educacional atual, que adota uma abordagem inclusiva, cada estudante chega à escola com um conjunto único de experiências, interesses e habilidades. No entanto, a transição de um sistema de exclusão para um modelo inclusivo tem sido um processo complexo e cheio de desafios. A mudança do paradigma

¹ Mestranda do Curso de Educação Inclusiva - PROFEI da Universidade de Pernambuco - UPE, juanita.marilia@upe.br;

² Mestranda do Curso de Educação Inclusiva - PROFEI da Universidade de Pernambuco - UPE, rosiane.mariaoliveira@upe.br;

³ Professor orientador: Doutor, Universidade de Pernambuco – UPE, evanilsoni.alves@upe.br.



educacional ainda enfrenta muitos obstáculos, tornando a construção de uma educação inclusiva um objetivo que demanda contínuas superações.

A evolução da Educação Especial ao longo da história reflete as mudanças nas concepções de homem, sociedade e trabalho. Sassaki (2006) descreve quatro fases principais dessa evolução: a Fase de Exclusão, em que as pessoas com deficiência eram ignoradas e rejeitadas; a Fase da Segregação Institucional, que as separava em instituições; a Fase da Integração, que começou a incluir alguns estudantes em escolas regulares; e a Fase da Inclusão, que busca a plena inserção desses estudantes em salas de aula comuns, com adaptações no ambiente escolar para atender suas necessidades específicas. Somente a partir da década de 1990 que se iniciou um movimento de inclusão escolar, com conferências internacionais como a de Jomtien (1990) e Salamanca (1994) que estabeleceram compromissos globais para garantir uma educação de qualidade para todos. (Almeida *et. al* 2017).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 foi um passo crucial ao assegurar o direito à educação para todos e ao promover a inclusão nas escolas regulares. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), trouxe mudanças significativas que passaram a considerar a Educação Especial como uma modalidade transversal a todas etapas e níveis de ensino. Normas subsequentes, como as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial e a Política Nacional de Educação Especial, foram criadas para garantir a participação e o aprendizado dos estudantes com necessidades especiais (MEC/SEESP, 2001; 2008).

Neste cenário, busca-se compreender como se dá o processo inclusivo no contexto escolar de uma escola da Zona Rural de Jaboatão dos Guararapes - PE, com a seguinte indagação: como são realizadas as adaptações curriculares que contribuem para a aprendizagem de estudantes com Paralisia Cerebral em sala de aula regular? Para responder a esta pergunta, se tem por objetivo identificar como são realizadas as adaptações curriculares para a aprendizagem de estudantes com Paralisia Cerebral, sob à luz da abordagem de ensino colaborativo.

Para atender aos objetivos desta pesquisa foi analisada a prática pedagógica da professora do Atendimento Educacional Especializado, juntamente com a prática pedagógica da professora da sala regular do 2º ano, bem como a atuação dos apoios pedagógicos que acompanham dois estudantes com Paralisia Cerebral, pois as pessoas com esta especificidades apresentam alterações motoras, sensoriais e cognitivas, as



METODOLOGIA

A coleta de dados foi feita por meio de observações sistemáticas que teve por objetivo identificar como são realizadas as adaptações curriculares para a aprendizagem de estudantes com Paralisia Cerebral, sob à luz da abordagem de ensino colaborativo. As observações foram realizadas em sala de aula regular e na sala de recursos multifuncionais para analisar se na prática docente dos sujeitos participantes é desenvolvido o ensino colaborativo.

Em seguida foi realizada a análise dos dados por meio da técnica da Análise de Conteúdo de Bardin (2011), com categorias como caracterização dos estudantes com Paralisia Cerebral; descrição da atuação dos professores e apoios pedagógicos; adaptações curriculares utilizadas; identificação do uso de Tecnologia Assistiva; níveis de colaboração entre os professores apoios pedagógicos e proposta de intervenção colaborativa. Estas categorias serão analisadas e contextualizadas a partir das teorias sobre Educação Inclusiva, Ensino Colaborativo e Tecnologias Assistivas que compuseram o referencial teórico deste estudo.

Com base nos dados coletados, foi elaborado um produto final, configurando-se como uma intervenção pedagógica colaborativa, visando integrar o trabalho dos professores do AEE, da sala regular e dos apoios pedagógicos que atuam com estudantes com Paralisia Cerebral.



REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva busca respeitar a individualidade de cada estudante, garantindo que todos tenham acesso ao mesmo conteúdo, as adaptações curriculares devem ocorrer conforme necessário para atender às diversas necessidades dos educandos. Com isso, o objetivo é promover um ambiente de aprendizado que valorize a diversidade e permita que cada estudante aprenda de acordo com seu próprio ritmo, proporcionando oportunidades equitativas de desenvolvimento.

Princípios fundamentais da educação inclusiva, como a valorização da diversidade, participação ativa e aprendizado centrado no aluno, são essenciais na acessibilidade curricular. Segundo Rodrigues (2006) e Booth & Ainscow (2002), criar um ambiente que respeite as necessidades individuais dos alunos e promova a colaboração entre educadores é crucial para o sucesso desse processo.

Para uma acessibilidade curricular centrada no aluno, se faz necessário identificar quais recursos serão necessários para diminuir as dificuldades de acesso à aprendizagem e o suporte fundamental neste processo está na Tecnologia Assistiva. De acordo com Bersch & Tonolli (2006), Tecnologia Assistiva é todo e qualquer recurso e serviço que contribuam para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência, com o intuito de promover vida independente e inclusão. Já a Lei Brasileira da Inclusão (LBI) no seu inciso III, artigo 3º, considera como Tecnologia Assistiva ou Ajuda Técnica os produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2015, p. 2).

Estar em contato com a Tecnologia Assistiva permite ao sujeito acessar áreas como a comunicação suplementar e/ou alternativa, adaptações de acesso ao computador, equipamentos de auxílio para visão e audição, controle do meio ambiente, adaptação de jogos, postura, mobilidade, próteses, e sua integração em diversos ambientes a aplicação inicial dessas tecnologias na escola exige uma compreensão profunda da situação do aluno, observando seu comportamento escolar e considerando as necessidades da professora para aprimorar sua participação no ensino (Pelosi, 2003; Manzini e Santos, 2002).

Dentre os estudantes público da Educação Especial que necessitam de



acessibilidade curricular por meio da tecnologia assistiva, há estudantes com Paralisia Cerebral, que de acordo com Rosenbaum et al. (2007) é grupo de desordens permanentes do desenvolvimento motor e postural, resultantes de um distúrbio não progressivo que ocorre durante o desenvolvimento cerebral infantil, podendo levar a limitações funcionais. Além das desordens motoras, a condição pode incluir distúrbios sensoriais, cognitivos, de comunicação, comportamentais, além de epilepsia e problemas musculoesqueléticos. A Educação Especial deve adaptar estratégias e recursos para garantir a participação efetiva desses alunos no ambiente escolar.

Para que a acessibilidade curricular seja eficaz, todos educadores envolvidos na inclusão, precisam adotar uma abordagem investigativa e empática, compreendendo as potencialidades e desafios de cada aluno. Como destaca Rodrigues (2019), é fundamental estabelecer vínculos significativos, ter comunicação clara e definir objetivos e estratégias organizadas. O currículo deve ser ajustado com metodologias adequadas, mantendo um equilíbrio entre elementos comuns e específicos para garantir um aprendizado significativo e acessível.

E este trabalho pode ser mais rico e eficaz se for realizado de forma colaborativa. Na visão das Christo & Lunardi-Mendes (2018), o ensino colaborativo é uma prática pouco comum no Brasil, mas que vem ganhando relevância, especialmente através de iniciativas vinculadas às universidades e seus projetos de pesquisa. Esse modelo de ensino, que envolve a colaboração entre professores da educação regular e especial, é apontado como uma estratégia promissora para promover a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares.

Ainda em termos de políticas educacionais, a colaboração entre professores da Educação Especial e da Educação Geral também é normatizada pela resolução CNE/CEB 4/2009. Essa resolução estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica e, no artigo 13º, define as atribuições do professor de AEE, dentre outras, é estabelecer articulação com o professor de sala de aula regular, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias para uma participação dos alunos nas atividades escolares (Brasil, 2009).

Embora as políticas públicas demonstrem preocupação em garantir uma educação inclusiva e promover o trabalho pedagógico colaborativo, ainda se observam práticas que não se configuram como tal, revelando a ausência de uma ação efetivamente coletiva e de corresponsabilidade pelo ensino de todos os estudantes. Pesquisa de Castellanos



(2018), aponta que diferente do que a legislação propõe, na prática não existe comunicação entre o ensino regular e o AEE, e destaca a necessidade desse trabalho colaborativo para a construção do processo de inclusão. Os estudos de Costa e Dantas (2014) também apresentam como principal entrave para a construção de práticas pedagógicas inclusivas, a falta de diálogo entre o AEE e a sala comum.

É importante compreender que o Ensino Colaborativo de acordo com Capelline e Zerbato (2019) configura-se como um trabalho de parceria em sala de aula entre professor de Ensino Comum e professor de Educação Especial. Esse modelo de serviço, voltado ao apoio à escolarização dos estudantes da educação especial na perspectiva inclusiva, surgiu na década de 1980, nos Estados Unidos, e tem se mostrado bastante promissor para o fortalecimento do ensino inclusivo. No Brasil, entretanto, o Ensino Colaborativo ainda não está assegurado nos documentos normativos, embora os mesmos reconheçam a relevância da construção de um trabalho pautado na colaboração entre os profissionais da educação.

Contudo, faz-se necessário o desenvolvimento de alternativas que, diante da escassez de recursos humanos para a atuação conjunta do professor do AEE e do professor do ensino comum como se caracteriza o Ensino Colaborativo, bem como da ausência de políticas públicas que assegurem a implementação efetiva desse serviço, possibilitem, ao menos, a consolidação de práticas pedagógicas colaborativas que contribuam para o fortalecimento da educação inclusiva. Tendo em vista que “o trabalho colaborativo favorece as relações interpessoais entre profissionais envolvidos e amplia possibilidades de atuação, a partir de uma racionalidade inclusiva.” (Walker; Graff, 2022)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este relato de experiência aborda as particularidades de dois estudantes com Paralisia Cerebral e como está sendo desenvolvido o trabalho pedagógico junto a estes educandos, visando sua plena participação nas atividades escolares. O primeiro estudante, o qual serão relatadas as estratégias pedagógicas utilizadas no seu processo de ensino e aprendizagem tem 08 anos, cursa o 2º ano dos Anos Iniciais na escola *lócus* desse estudo. Ele apresenta um laudo com os CIDs: G 80.1 e G 40.8, caracterizando uma Encefalopatia, demonstra as seguintes características: movimentos de coordenação motora fina e ampla limitados, verbaliza sons curtos, têm dificuldade em compreender comandos, sendo necessário repetir e mostrar várias vezes o que ele precisa executar,



atende aos estímulos via imitação. Neste estudo, ele será caracterizado aqui como “Estudante A”.

Já o segundo estudante que compõe este relato de experiência, também tem 08 anos, cursa 2º ano, na mesma turma do estudante anterior. Ele será caracterizado como “Estudante B” e apresenta um laudo com o CID F84, diagnosticando apenas o autismo. No entanto, está em investigação sobre a possibilidade de Encefalopatia, devido às limitações neuromotoras que apresenta. Ele possui muitas limitações motoras, espasmos e estereotipias, não anda com autonomia, precisa se apoiar o tempo todo para ficar em pé, não possui equilíbrio. Suas mãos e braços apresentam hipertrofia, dificultando bastante nos movimentos de pega e pinça e na coordenação motora fina e ampla. Além disso, não verbaliza e tem dificuldades em compreender comandos, não fixa a atenção e o olhar, sendo necessário buscar estratégias sensoriais e auditivas para chamar sua atenção para a atividade a ser executada.

Acerca da metodologia e ferramentas utilizadas para promover a inclusão dos “Estudante A” e o “Estudante B” foram identificados recursos de Tecnologia Assistiva de Baixa Tecnologia que segundo, (Bersch, 2017) são dispositivos simples, muitas vezes de custo reduzido e sem componentes eletrônicos complexos, que auxiliam indivíduos com deficiência em suas atividades cotidianas e na comunicação, são instrumentos adaptados que permitem maior autonomia e participação. No contexto pesquisado, os estes recursos foram confeccionados com papelão, papel, tinta e tampinhas de garrafa, EVA, cola, pincel e caneta esferográfica de quadro. A produção destes materiais é realizada geralmente pelo apoio pedagógico que acompanha o estudante na sala de aula regular.

Segue abaixo a descrição dos recursos de Tecnologia Assistiva trabalhados com os referidos educandos:

QUADRO 1- ADAPTAÇÃO CURRICULAR COM TECNOLOGIAS ASSISTIVA “ESTUDANTE A”

RECURSO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA	HABILIDADES	RESULTADOS ALCANÇADOS	METODOLOGIA
Plaquinha dos números	Estimular a identificação dos números compreendendo os seus valores e ajudando na coordenação motora;	Identifica os números de 0 à 5, e reproduz falando de forma pouco articulada os números.	- É baseada nas adaptações curriculares e nas tecnologias assistiva, transformando materiais recicláveis em recursos pedagógicos
Plaquinha das cores:	Identificar as cores, a memorização e trabalha a coordenação motora fina;	Reconhece e oraliza o nome das cores amarela e azul.	- Momento inicial com música ou contação de histórias relacionada ao tema, em seguida apresentou-se recurso pedagógico priorizando as



Ficha do nome	Compreender a organização e a oralização do seu nome;	Compreende o seu nome e sabe pronunciar-lo, está em processo de escrita.	condições do aluno, estimulando o aprendizado contínuo
Carta das letras	Desenvolver a compreensão e a oralidade das letras	Reconhece a letra inicial do seu nome e pronuncia.	
Figuras Geométricas vazadas	Reconhecer as figuras geométricas e desenvolver a coordenação motora preenchendo os espaços vazados com tampinhas	Preenche os espaços vazados, e ainda não reconhece com autonomia as figuras geométricas	

Fonte: Os autores

QUADRO 2 - ADAPTAÇÃO CURRICULAR COM TECNOLOGIAS ASSISTIVA “ESTUDANTE B”

RECURSO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA	HABILIDADES	RESULTADOS ALCANÇADOS	METODOLOGIA
Tabuleiro das emoções	- Desenvolver estratégias saudáveis de expressão e gestão das emoções - Estimular a empatia e o respeito no convívio social.	Desenvolve estratégias saudáveis de expressão.	É baseada nas adaptações curriculares e nas tecnologias assistiva, transformando materiais recicláveis em recursos pedagógicos - Momento inicial com música ou contação de histórias relacionada ao tema, em seguida apresentou-se recurso pedagógico priorizando as condições do aluno, estimulando o aprendizado contínuo
Plaquinha dos numerais	Identificar e reconhecer os sons e configurações dos números de 0 a 6;	Identifica números de 0 a 6;	
Tampinha das cores	Identificar as cores primárias	Identifica as cores primárias	
Vogais coloridas	Reconhecer e identificar as configurações e sons das vogais	Reconhece o som das vogais e suas configurações	
Perfurando o Cacto	Desenvolver a coordenação motora fina e o movimento de pinça através de atividades de perfuração	Realiza as perfurações com cotonete nos espaços indicados com muita dificuldade	

Fonte: Os autores

No que tange aos níveis de colaboração nas ações pedagógicas junto à inclusão dos dois estudantes com Paralisia Cerebral que estudam na mesma turma de 2º Ano, foi identificado que as profissionais de apoio pedagógico dos dois estudantes são peças fundamentais no processo de inclusão. Pois elas conversam com a professora da sala regular para mapear quais conteúdos serão trabalhados naquela semana de aula e realiza suas adaptações, com enfoque nas especificidades apresentadas pelo estudante, além de buscar subsídios e aportes teóricos e metodológicos junto à professora do AEE.

Quanto a atuação da professora do AEE, esta realiza visitas diárias à sala de aula, conversa com a professora da sala regular e apoios pedagógicos para orientar e avaliar as práticas educacionais realizadas para inclusão destes estudantes e faz reuniões



semanais com as profissionais de apoio pedagógico para identificar possíveis dificuldades na efetivação das estratégias inclusivas. Nesta dinâmica, o trabalho da professora do AEE acontece mais de forma orientativa, não há espaço na rotina escolar para um planejamento prévio em conjunto, juntamente à professora da sala regular e aos apoios pedagógicos, tendo por objetivo desenvolverem colaborativamente estratégias de ensino para inclusão dos estudantes com Paralisia Cerebral. Percebe-se que existe um trabalho colaborativo de forma parcial e situacional, quando em situações específicas a profissional do AEE busca a professora da sala regular e os apoios pedagógicos para avaliar e orientar quanto às estratégias pedagógicas devem ser utilizadas.

Sobre o Plano de Desenvolvimento Individual do Estudante é escrito apenas pela professora do AEE, onde a mesma coleta as informações sobre o currículo da série que o estudante está matriculado, em seguida repassa orientações à professora da sala regular e ao apoio pedagógico que por sua vez entre as ausências do estudante busca espaço para confecção de material de Tecnologia Assistiva e suas adaptações curriculares. Neste contexto, a responsabilidade pelo desenvolvimento do aluno parece ser mais do profissional de apoio do que dos educadores aqui relatados.

Quanto a atuação colaborativa desenvolvida pela professora da sala regular na inclusão dos estudantes “A” e “B”, nota-se no cotidiano que a mesma se comunica bem com as profissionais de apoio pedagógico, sempre que tem dúvidas procura a professora do AEE, envolve a turma e os demais alunos nas atividades propostas, engajando a todos no processo de aprendizagem inclusivo. No entanto, no que se refere a adaptação de materiais, embora a professora da sala regular desenvolva atividades e propostas para os estudantes com Paralisia Cerebral, ela busca promover a inclusão de forma coletiva para toda turma. Fica a cargo dos apoios pedagógicos a adaptação de materiais e confecção de recursos de Tecnologia Assistiva de Baixa Tecnologia.

Diante do exposto, a proposta de intervenção buscará promover um trabalho colaborativo para o desenvolvimento de habilidades acadêmicas e de comunicação de estudantes com Paralisia Cerebral por meio de práticas pedagógicas que façam uso de Tecnologia Assistiva.

QUADRO 3 - PROPOSTA DE INTERVENÇÃO COLABORATIVA PARA INCLUSÃO DE ESTUDANTE COM PARALISIA CEREBRAL

INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA	PRÁTICAS COLABORATIVAS
Planejamento Colaborativo	Encontros semanais entre o professor do ensino regular, o professor do AEE e apoio pedagógico para discutir as necessidades específicas dos alunos e definir estratégias e atividades que possam ser adaptadas para atender essas necessidades.



Identificação e seleção das tecnologias assistivas	Avaliar os estudantes considerando suas limitações motoras e necessidades de comunicação para identificar e selecionar Tecnologias Assistivas como pranchas de comunicação (baixa tecnologia) e aplicativos digitais (alta tecnologia).
Acessibilidade Curricular e Metodológica	Professores da sala regular e AEE, juntamente com os apoios pedagógico devem transformar o currículo de forma mais visual e concreta possível, através de pranchas de comunicação com símbolos visuais, adaptar materiais físicos que estimulem a interação com o conteúdo de forma concreta para que o aluno possa participar e interagir durante as atividades.
Divisão de papéis na prática pedagógica colaborativa	O professor do AEE, por ser especialista na área inclusiva deve oferecer suporte direto ao professor da sala regular e ao apoio pedagógico, orientando sobre quais estratégias pedagógicas utilizar com o estudante com Paralisia Cerebral, monitorando a prática destes profissionais e fazendo ajustes conforme necessário nos momentos de reunião para o planejamento semanal. O professor da sala regular por sua vez deve considerar que os estudantes com deficiência são dele assim como os outros e não apenas do apoio pedagógico no que tange a adaptação de materiais. Por fim, o apoio pedagógico deve buscar se reunir com os professores do AEE e da sala regular para colaborativamente se unirem no processo de inclusão dos estudantes com Paralisia Cerebral.
Avaliação Colaborativa	Serão registrados os progressos dos estudantes com Paralisia Cerebral por todos os profissionais que atuam diretamente com os estudantes, buscando documentar os avanços na comunicação e no desempenho acadêmico. Esses registros serão compartilhados durante as reuniões de planejamento semanal para ajustar e aprimorar a estratégia de intervenção, discutindo o que funcionou bem e o que precisa de adaptação adicional.

Fonte: Os autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a execução da proposta de intervenção, espera-se ter como resultado o aumento da participação e autonomia do estudante com Paralisia Cerebral em atividades acadêmicas, assim como o fortalecimento da comunicação e das interações sociais. Acredita-se também que por meio do trabalho colaborativo entre a professora do AEE, a professora da sala regular e os apoios pedagógicos, será possível realizar acessibilidade curricular, utilizando-se a Tecnologia Assistiva a partir da construção de um planejamento sistemático e feito em colaboração. O que permitirá a ampliação do conhecimento e experiência dos profissionais envolvidos diretamente na inclusão dos estudantes com Paralisia Cerebral, possibilitando assim, através dessa interação o fomento de práticas pedagógicas inclusivas.

Espera-se ainda que os educadores reflitam sobre a importância de um trabalho colaborativo, pois através de práticas colaborativas é possível encontrar uma solução para superar a segregação entre a educação regular e a especial, por se tratar de uma alternativa que visa a corresponsabilidade dos professores frente a uma inclusão efetiva dos alunos com deficiência. Além de solicitar a gestão escolar mudanças estruturais nas escolas, como maior tempo para o planejamento conjunto e formação continuada.



AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo fomento à pesquisa, essencial para o fortalecimento de práticas de pesquisa comprometidas com a promoção da educação inclusiva. Reconhecemos, igualmente, a relevância do Programa de Pós-Graduação em Educação e Interdisciplinaridade (PROPEGI), cujo incentivo acadêmico e científico que possibilita a concretização de trabalho como este. Estendemos nossa gratidão aos profissionais da escola onde foi realizada a pesquisa, pela parceria e contribuições significativas para reflexões e aprimoramento de práticas pedagógicas inclusivas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. L.; SILVA, R. R.; ALVES, J. B. O grupo de estudo-reflexão perspectiva teórico-metodológica para formação continuada: um estudo com gestores públicos de educação especial. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 21, n. esp. 2, p. 1098–1118, nov. 2017.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução L. A. Reto e A. Pinheiro. Edições 70, 2011.

BERSCH, R.; TONOLLI, J. C. O que é Tecnologia Assistiva? Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/tecnol-a.php2006>>. Acesso em: 04 jan. 2010.

BERSCH, R. D. C. R. *Introdução à tecnologia assistiva*. Porto Alegre: CEDI, 2017. Disponível em: <https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2022.

BOOTH, T.; AINSCOW, M. *Index for inclusion: developing learning and participation in schools*. 2. ed. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education (CSIE), 2002.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.in.gov.br/mp._leis/leis_texto.asp>. Acesso em: 30 out. 2024.

_____. Ministério da Educação. *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica*. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2024.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2024.

_____. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 31 out. 2024.



CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; ZERBATO, Ana Paula. *O que é Ensino Colaborativo?* 1. ed. São Paulo: Edicon, 2019.

CASTELLANOS PATIÑO, Manuela. (2018). Educação inclusiva: limites e possibilidades do trabalho entre o ensino especial e a escola regular. *Revista Electrónica en Educación y Pedagogía*, 2(2), 88-99.

COSTA, Lidsay Loureiro da; DANTAS, Lilianne Moreira. A relação entre as práticas pedagógicas do AEE e da sala de aula comum em uma escola pública regular de Horizonte-CE. In: Congresso Internacional de Educação Inclusiva – CINTEDI. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2014/Modalidade_1datahora_10_11_2014_18_46_51_idinscrito_3930_8539bf7b96c2e0293b1928242ccf7b31.pdf.

Acesso em: 28 out. 2025

CHRISTO, Sandy; LUNARDI-MENDES, Geovana. Ensino colaborativo/coensino/bidocência para a educação inclusiva. *Instrumento - Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, v. 21, p. 33-44, 2019. DOI: 10.34019/1984-5499.2019.v21.19079.

MANZINI, E. J.; SANTOS, M. C. F. *Portal de ajudas técnicas para a educação: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência - recursos pedagógicos adaptados*. 1. ed. Brasília: MEC, 2002. v. 1.

PELOSI, M. B. *Seminário internacional sociedade inclusiva*. PUC Minas. Belo Horizonte, 2003. Anais. p. 183-187.

RODRIGUES, D. (Org.). *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. Porto: Porto Editora, 2006.

RODRIGUES, Leandro. *Como adaptar atividades para alunos com deficiência: aprenda a identificar as necessidades do seu aluno e adaptar atividades*. 1. ed. Teresópolis: Instituto Itard, 2019. 87 p.

ROSENBAUM, P. et al. A report: the definition and classification of cerebral palsy. *Developmental Medicine & Child Neurology*, v. 109, p. 8-14, 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

WALKER, Gleici Cristina; GRAFF, Patrícia. Práticas colaborativas na educação: uma descrição da literatura atual. *Educação em Foco*, v.27, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/37156>. Acesso em: 28 out. 2025.

